



**MOÇÃO DE ESTRATÉGIA GLOBAL  
XXVIII CONGRESSO DO CDS-PP**

**CARLOS MEIRA**  
PRIMEIRO SUBSCRITOR

# ÍNDICE

<b>MENSAGEM DO PRIMEIRO SUBSCRITOR</b>	<b>3</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>1- (RE)ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO</b>	<b>10</b>
A) MAIOR APOSTA NAS BASES	12
B) DINÂMICA AUTÁRQUICA	16
C) IMPLEMENTAR UM PACOTE DE TRANSPARÊNCIA E DEMOCRATICIDADE	19
D) COMUNICAÇÃO	22
<b>2- NOVAS BANDEIRAS</b>	<b>25</b>
A) COMBATE ÀS ASSIMETRIAS REGIONAIS	26
B) MAR   ZEE   PLATAFORMA CONTINENTAL	28
C) O MUNDO RURAL	31
D) O SISTEMA ELEITORAL	32
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>35</b>

## **MENSAGEM DO PRIMEIRO SUBSCRITOR**

Esta moção surge num momento crucial do nosso Partido.

Nesta conjuntura, nestes dias difíceis, todos nós, todos nós que somos CDS, temos a obrigação de intervir activamente pelo futuro do nosso Partido, pelo futuro da Direita, “PELO FUTURO, POR PORTUGAL”.

Apresentamos esta moção por um imperativo de consciência política e cívica e pelo amor de militância que nos une, há muitos anos, ao CDS.

Em 1974 os Portugueses lutaram pela liberdade, em 1975 pela democracia, é em nome dessa liberdade e dessa democracia que esta moção será apresentada.

**Esta Moção surge em defesa dos que não têm voz no interior do Partido, em defesas daquelas estruturas locais do Partido que nos últimos anos perderam o sentimento de pertença ao CDS.**

Esta moção não surge como julgamento do passado e dos actores do passado, porque todos somos precisos e necessários para o ressurgimento do partido.

Queremos unir, alargar e abranger.

Não vemos o Partido em situação de poder continuar a excluir, segregar ou isolar.

Do passado, só nos interessam as lições e procurar não repetir os erros que, com a devida antecedência, criticamos há hora, no momento e no lugar certo.

Esta moção surge com sentido de responsabilidade, com espírito construtivo e agregador, porque no momento que o nosso Partido atravessa todos somos poucos para reconstruir e levantar de novo o CDS.

Mas sejamos também claros esta moção não surge do seio da dita autoproclamada “elite” do partido, do seio dos autoproclamados “notáveis”, do seio daqueles que

tratam o partido como se fosse sua propriedade e que fizeram do partido a sua casa profissional há mais de 20/30 anos.

**Urge inverter a pirâmide no CDS, urge reconstruir o CDS de baixo para cima, das bases para a cúpula, porque sem as bases e sem os militantes os resultados estão à vista.**

Esta moção surge com o propósito de demonstrar ao Partido e a Portugal que não basta nas campanhas eleitorais falar-se em descentralização, falar-se do interior e dos territórios de baixa densidade, esse discurso tem também que ter aplicação prática na organização e funcionamento do(s) Partido(s).

Esta moção surge com o propósito de demonstrar ao Partido que desses territórios “de baixa densidade” também podem surgir contributos válidos, sugestões, ideias, fundamentadas e pensadas, sempre com o fito e o propósito de levantar de novo a voz do CDS, para que, como canta o nosso hino, a “voz de Portugal ser maior”.

Esta moção é dedicada àqueles que internamente no Partido têm medo de se manifestar, de se pronunciar, de falar, de participar.

Esta moção é dedicada àqueles que não se resignam e que no seio do partido lutam para que na sociedade portuguesa exista, realmente e de verdade, uma maior igualdade de oportunidades.

**“Não tenham medo, porque o Partido é nosso, o Partido é das bases, o Partido é dos militantes!”**



# **“UNIDADE... SEM UNICIDADE.”**

**Paulo Portas**

## INTRODUÇÃO

O partido, é consabido, vive um dos seus piores momentos desde a sua fundação há 45 anos.

Os últimos resultados (Europeias e Legislativas) foram demasiado frustrantes de acordo com as nossas ambições eleitorais, exigindo-nos assim uma reforma profunda no nosso modo de estar e fazer política.

Perante esta violenta tormenta, eu e os muitos subscritores desta moção, não desistimos, não abandonamos o partido, ficamos, encaramos de frente este momento difícil com serenidade, com muita determinação e sobretudo com muita vontade de ajudar a fazer diferente e melhor.

Ao contrário do que temos ouvido, o partido não precisa de se “refundar” (no panorama político português não conhecemos nenhuma refundação que tivesse obtido qualquer resultado positivo) o CDS, tal como todos os partidos “clássicos” tem sim de se redefinir, a(s) resposta(s) à(s) nova(s) circunstância(s) têm que ser outra(s) mas sempre de acordo e no âmbito da nossa matriz e da nossa identidade.

Temos hoje, inevitavelmente, que olhar em redor para o nosso concreto cenário competitivo, até há 2 anos atrás, no espaço à direita do PS existiam somente dois partidos, o PSD e o CDS, hoje temos duas novas forças políticas que inclusivamente, nas últimas eleições legislativas, conseguiram alcançar palco parlamentar, a “IL” e o “Chega”, e este é um dado que não é de somenos.

Durante 45 anos, o CDS viveu múltiplas e variadas crises (esta não é a primeira, nem será a última) foram várias as vezes em que nos anunciaram o funeral, mas sempre sobrevivemos e sempre conseguimos renascer das cinzas.

No entanto a verdade é que nesses períodos vivíamos sozinhos, ou quase sozinhos, no território da direita, hoje a realidade é outra e ter atenção a este facto é crucial para procurarmos dar a volta ao estado em que nos encontramos.



Não podemos, não devemos culpar e justificar os nossos resultados menos bons com o aparecimento de novos partidos, temos sim que juntos perceber qual é o nosso papel na sociedade, para que serve actualmente o CDS e o que é que efectivamente nos distingue de todos os outros.

Vivemos demasiado tempo em guerrilhas civis internas ideológicas que em nada favorecem o partido, se somos liberais, se somos conservadores... e durante essa guerrilha interna, externamente surgiram dois partidos com pretensão de ocuparem isoladamente, de forma estanque, a(s) plataforma(s) do liberalismo e do conservadorismo.

É uma discussão estéril e artificial que já ocupa o partido há demasiados tempo, ninguém ou poucos são os que são liberais relativamente a todos os temas e poucos ou nenhuns são conservadores em todas as matérias.

Nenhum partido cresce com correntes e ideologias que conflituam e que aparentemente, sob o ponto de vista conceptual não têm integração entre si.

A história recente e não só demonstrou-nos que foi e é um erro reabrir essa discussão, sempre que o partido se torna menos caracterizado perdemos o rumo, desencontramo-nos, abrimos crises internas e os resultados eleitorais são terríveis.

Não é forçando este debate fracturante, bem como não é com o mísero e vazio pragmatismo, imediatismo (sobretudo na era digital em que vivemos), com o marketing superficial que nos afirmaremos.

Por muito que nos custe, perdemos a nossa identidade clara, tornamo-nos um partido que nos últimos anos viajou demasiado com a(s) circunstância(s).

Devemos e temos que honrar o passado, por isso é fundamental combater as vozes encantatórias que surgem à nossa Direita, honremos a nossa história e o nosso passado.

Um dos grandes legados de Paulo Portas, goste-se ou não, foi o regresso à afirmação democrata-cristã do CDS.

O CDS desde a sua fundação que se afirma sendo inspirado na democracia-cristã, tendo sempre no seu seio correntes mais conservadoras e outras mais liberais, não é novidade, é algo que existe desde sempre no partido.

Entendemos que devemos todos abrigarmo-nos no guarda-chuva da democracia-cristã personalista, tendo assim uma matriz clara, uma matriz única, uma matriz comum e agregadora.

É a hora de olhar para o futuro, dizia o Prof. Adriano Moreira que “evoluir não é esquecer, é dar um passo em direcção ao futuro”, o segredo da nossa redefinição passa por, em vez de nos fracturarmos, em vez de nos pulverizarmos, em vez de nos desagregarmos, potenciarmos, cultivarmos esta forte consciência doutrinária colectiva procurando cimentar a nossa união, dentro das nossas diferenças, com isso conseguiremos afirmar a nossa identidade e alcançar na Sociedade credibilidade.

Dar-vos nota que esta moção não pretende surgir como um tratado político maçador, de leitura difícil, e pouco ou nada exequível na prática, esta moção procura de forma sintetizadora apontar um caminho concreto de redefinição do CDS.

Esta moção assenta em dois pilares (i) um voltado para o interior, da organização interna ,onde procuramos dar o nosso contributo para uma optimização do funcionamento do partido, e outro (ii) voltado para o exterior, o CDS necessita de forma premente de abraçar novas causas e novas bandeiras, não podemos andar ao sabor do vento e dos acontecimentos, devemos ter um papel activo no abraçar destes temas e não um cariz reactivo face à(s) conjuntura(s).



## **1- A (RE)ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO**

## **2- NOVAS BANDEIRAS DO CDS**

## 1- A (RE)ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO

Analisando a história do Partido, verificamos que nos períodos mais conturbados, nos períodos mais difíceis, o CDS sempre resistiu porque o seu grande pilar nunca ruiu.

Nesses momentos, em que o partido passou perto dos precipícios, quem nos suportou eleitoral e territorialmente foram as nossas “franquias”, foram sempre as nossas bases.

É inegável, o maior património deste partido é a sua militância, são as suas estruturas locais.

As estruturas locais interligadas com os nossos autarcas nas assembleias de freguesia, nas assembleias municipais, nos executivos autárquicos, permitiram nas piores épocas de crise do partido que o CDS se mantivesse de pé.

Actualmente temos seis Câmaras Municipais e centenas de autarcas espalhados pelo país, estas células, juntamente com o nosso grupo parlamentar são pedras basilares que poderão “alimentar e nutrir” o CDS nos próximos meses.

Entendemos ser primordial neste momento ter uma casa bem definida e organizada, sendo que uma melhor e maior articulação com as bases e os nossos autarcas é absolutamente crucial e fundamental para a redefinição do CDS a curto e médio prazo.

Importa por isso, antes de tudo o mais, ouvir o partido, pensar em conjunto com o partido, decidir com o partido.

Não nos esqueçamos que o próximo acto eleitoral são precisamente as eleições autárquicas em 2021, esse deve ser já o foco do partido, até porque serão as primeiras eleições autárquicas nas quais teremos à direita, juntamente com o CDS, os dois partidos supra referidos.

As campanhas eleitorais não podem ser pontos de partida, mas sim pontos de chegada, de metas atingidas, mediante objectivos bem definidos e traçados no tempo e com tempo.

Esta tomada de consciência coloca desafios prementes ao nível da organização interna do partido, especialmente num momento interno complicado sob ponto de vista económico-financeiro, o que nos obriga a estimular ainda mais a criatividade na procura de boas práticas e inovadoras soluções.

Penso que ,finalmente, todos concluímos que o modelo que o partido seguiu nos últimos anos pautou-se por uma tónica de excessiva centralização, sendo ineficaz face às exigências do presente e do futuro.

Não embarcamos em processos de julgamentos e de apuramentos de responsabilidades, mas também não admitimos que quem está ao leme da organização não assuma as suas responsabilidades ( quer os resultados sejam positivos ou negativos) muito menos admitimos que quem gere o partido aponte o dedo aos militantes, “co-proprietários” da organização, apelidando-os de carrascos, algozes ou verdugos, por tão só chamarem a atenção para erros crassos ou evidentes, esse infeliz baptismo é tão só e unicamente demonstrativo de uma ignorância profunda ao nível da Teoria das Organizações.

Os olhos do CDS, de todo o partido, têm que estar unicamente voltados para o futuro, mas como escrevia o nosso Prof. Adriano Moreira, “um futuro com memória”, onde do passado retiremos tão somente lições procurando não repetir os mesmos erros. O futuro passa por uma aposta num indispensável processo de descentralização no partido, contudo, esta aposta implica necessariamente uma maior e real responsabilização dos dirigentes do partido. (Accountability)

*“Responsabilizar e ser responsabilizado é um ónus e uma prerrogativa do homem”*

## **A) MAIOR APOSTA NAS BASES**

### **FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO**

Os órgãos do partido têm que funcionar com regularidade e cumprir os estatutos, desde as bases até ao topo, desde as estruturas locais aos órgãos políticos permanentes.

Os plenários concelhios e Distritais são as reuniões magnas do partido no âmbito local, não podem ter somente como função a execução de convocatórias para actos eleitorais. Os plenários têm que ter um papel activo e dinâmico localmente, têm que ser o «fórum» e o lugar de debate interno no partido. Não é possível implantar um partido sem debate, sem participação.

Aposta concreta numa maior sinergia inter-concelhias no sentido de troca e partilha de experiências bem como de boas práticas que possam eventualmente ser replicadas.

Definição de objectivos semestrais, anuais e plurianuais para as estruturas e seus responsáveis, que devem ser avaliados e premiados internamente pela direcção nacional do Partido, de uma forma absolutamente transparente para todos, beneficiando de um ajustamento que deverá ser feito ao nível da Secretaria-Geral e do Gabinete Autárquico Nacional, permitindo assim estimular a dinâmica das estruturas concelhias e distritais.

## **MAIOR APOSTA NA FORMAÇÃO POLÍTICA**

Lançamento de novos e inovadores meios de formação política.

Colocar o Gabinete de Estudos no terreno numa perspectiva descentralizada no território.

## **ACOMPANHAMENTO DAS ESTRUTURAS LOCAIS**

Aumentar o acompanhamento das estruturas locais por parte dos secretários-gerais adjuntos (regionais) que devem servir como ponte entre a direcção nacional e as bases no terreno. Os secretários gerais devendo ter um comportamento mais dinâmico, mais pro-activo e modernizado junto das estruturas locais.

Potenciar este canal de comunicação através das ferramentas tecnológicas gratuitas ao dispor (*vg.* Skype, Messenger|Facetime, Whatsapp), sem prejuízo de uma reunião presencial trimestral entre todas as concelhias de um Distrito ou mesmo de vários Distritos com o “seu” Secretário-Geral adjunto (Regional).

## **CRIAÇÃO DE UMA “VOLTA A PORTUGAL”, DE UMA PRESIDÊNCIA ABERTA ANUAL, COM CRONOGRAMA, POR PARTE DO(A) PRESIDENTE DO PARTIDO**

Mais do que participação em jantares ou eventos, sempre que o (a) Presidente se deslocar a uma localidade onde exista estrutura deverá procurar ter reuniões presenciais com os militantes. Ouvir o partido, conhecer o partido, sentir o partido no terreno.

## **SEDES**

É fundamental ter um lugar que sirva de ponto de encontro para a promoção de reuniões, de realização de actividades entre militantes (Conferências/Colóquios, etc).

Num momento em que o partido encerra sedes por dificuldades financeiras, temos que procurar encontrar alternativas e soluções junto de cada uma das estruturas locais, (*p.ex.: protocolos gratuitos com unidades hoteleiras, com associações com instalações adequadas*), procurando replicar locais onde o problema foi bem solucionado.

Nos locais onde exista sede Distrital, disponibilizar a sede para reuniões ou actividades de todas as concelhias do Distrito.

## **IMPLANTAÇÃO DO CONCEITO DE RECEPÇÃO DE CONTEÚDOS NO WHATSAPP PARA TODOS OS MILITANTES**

### **ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE NOVOS MILITANTES**

O Gabinete de Apoio ao Militante (GAAM) tem que ser mais pró-activo no acolhimento dos novos militantes efectuando logo que receba a ficha de filiação um contacto, via telefone ou via e-mail, com o militante, dando as boas vindas, fornecendo documentação e disponibilizando-se para o esclarecimento do que for necessário. O militante hoje filia-se e cai no vazio.

#### Descentralização do GAAM

Cada concelhia deve possuir um manual de acolhimento (Carta de Princípios|História do Partido|Estatutos e Regulamentos), devendo a estrutura concelhia atribuir a um elemento o departamento de recepção ao novo militante, procurando dar a conhecer o partido, esclarecendo todas as questões e dúvidas, levando inclusivamente os militantes recém-filiados a uma reunião da Comissão Política Concelhia onde o militante será apresentado e se apresentará à estrutura local, criando dessa forma uma vínculo mais forte com o partido com o qual acaba de se filiar.

#### **POTENCIAR O TRABALHO DE SEGMENTAÇÃO DAS BASES DE DADOS EXISTENTES (Importância cada vez maior do Database)**

#### **DESMATERIALIZAÇÃO DA INSCRIÇÃO E MILITÂNCIA**

Instituir o pedido de filiação “on line” e “na hora”.

Eliminar a figura “proponente” de militante.

#### **CRIAÇÃO DA FIGURA DO PROVEDOR DO MILITANTE**

Deverá ter um mandato com limite de dois anos.

Esta figura deverá estar descentralizada e poderá ser entregue a qualquer militante do partido com mais de 5 anos de filiação (propor a alteração estatutária).



## SELEÇÃO| ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DO PARTIDO

Não pode haver tomadas de posição com impacto numa determinada circunscrição do território nacional sem que os representantes locais sejam ouvidos e envolvidos nas posições a tomar.

A escolha e a opção dos membros de uma lista às eleições legislativas deverão ser realizadas em sede de Assembleia Distrital, depois de uma prévia escolha e selecção a nível concelhio.

## B) DINÂMICA AUTÁRQUICA

A próxima vez que iremos às urnas é em 2021 pelo que este acto eleitoral deve ser já o grande mote e o grande desígnio do partido. Serão as primeiras eleições autárquicas onde “competiremos” com partidos mais recentes que, em abono da verdade, podem superar-nos presentemente em matéria de comunicação e Mkt, mas muito ainda terão que suar para alcançar o lastro e potencial autárquico do CDS.

Nunca esqueçamos que o CDS é um partido autárquico, a componente autárquica e a identidade municipal fazem parte do ADN do CDS, fazem parte do personalismo comunitário proveniente do humanismo personalista da democracia cristã.

Nunca é demais citar Adelino Amaro da Costa citando Adenauer “*Os Municípios estão para os partidos democrata-cristãos como os sindicatos estão para os partidos socialistas*”, (facto é que a história tem-lhe dado razão).

## **AUTARCAS POPULARES (AP)**

Presentemente já temos a estrutura AP, é uma estrutura recente mas que tem procurado dar apoio aos nossos autarcas, é uma estrutura relativamente à qual devemos procurar dar-lhe ainda mais vida e dinâmica.

Descentralizar a estrutura AP e criar no Norte/Centro/Sul/R. Autónomas um responsável por região para esta estrutura, com ligação directa ao coordenador autárquico.

Potenciar, ainda mais, a elaboração de moções ou outros documentos de trabalho a apresentar nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Municipais ou de freguesia quanto a temas ou acontecimentos nacionais.

Criação de reuniões trimestrais entre todos os elementos da AP, de modo a procurar implementar e replicar situações e casos com sucesso.

## **CRIAR UMA ESPÉCIE DE IDL PARA AS AUTARQUIAS**

### **OPERACIONALIZAÇÃO DAS PRÓXIMAS AUTÁRQUICAS (2021)**

Definição dos candidatos atempadamente, idealmente 2 anos antes das eleições, para que estes se possam dar a conhecer ao seu público, ao seu mercado, aos eleitores (nas próximas eleições, obviamente só conseguiremos com 1 ano).

Cada Concelhia e Distrital deve localmente trabalhar as pontes que eventualmente possam ser feitas com outras candidaturas, independentes ou partidárias, avaliando concretamente a vantagem para o CDS de uma possível aliança ou coligação.

Nos casos em que o CDS decidir avançar sozinho apostar na figura, já com sucesso em alguns locais, (CDS+INDEPENDENTES), trata-se de uma forma, comprovada, de alargar o eleitorado e de captar novos militantes.

Em termos materiais / de conteúdo o CDS deverá ter «temas-bandeira» que podem ser replicados por todo o território nacional (contas rigorosas, proteção dos idosos num país com a pirâmide demográfica cada vez mais invertida é um tema fundamental até porque se enquadra no âmbito da nossa matriz democrata-cristã, e lá está é um tema transversal a liberais e conservadores, aposta nas políticas de família e incentivo à natalidade, a redução e estabilidade fiscal, a segurança, entre outros).

As próximas eleições autárquicas são vitais para o CDS e diga-se, sem receio, para a sua sobrevivência.

O tempo é escasso, o ânimo das nossas tropas não é o ideal, mas temos tempo para as preparar. É fundamental reacender a chama de muitos militantes e simpatizantes que com os últimos resultados entraram numa espiral de desânimo e muitos são, ensina-nos a história, procurados e captados por outros partidos.

O partido tem que internamente e externamente, dar um sinal claro de aposta nas próximas autárquicas, nunca olvidando que pese embora Lisboa seja a maior Autarquia do País (com tudo que daí decorre) que Portugal não é, nem nunca poderá esgotar-se em Lisboa, que o CDS não é nem nunca poderá começar e acabar no Largo do Caldas.

Os nossos autarcas são sobejamente conhecidos e reconhecidos pelos excelentes trabalhos realizados quando estão nos executivos camarários, bem como respeitados pelo bom trabalho de oposição construtiva e propositiva quando estão na oposição.

## **C) IMPLEMENTAR UM PACOTE DE TRANSPARÊNCIA E DEMOCRATICIDADE**

Queremos uma nova cultura democrática no CDS, efetivar e aprofundar a democracia interna, dotar o CDS de instrumentos e órgãos internos que realmente façam cumprir a sua herança e o seu desígnio como um grande partido democrático e de enraizamento popular.

Queremos abrir as nossas portas e atrair para o nosso partido mais cidadãos, tornar o modo de fazer política mais transparente e mais próximo das pessoas, promover novos paradigmas de políticas e de governação com uma visão estratégica para o País no seu posicionamento na Europa e no Mundo.

Defendemos por isso um CDS forte e com outra dinâmica, mas sobretudo um CDS mais transparente e cristalino, respeitando dessa forma os seus simpatizantes e acima de tudo os seus militantes, os verdadeiros proprietários do partido.

Não podemos querer governar um País com base em compromissos de boas práticas éticas, de integridade, de responsabilidade no serviço público sem termos transparência e rigor internamente na gestão e na apresentação e demonstração das contas do partido.

O CDS precisa de um choque democrático e de um choque de transparência.

- Instituir o direito de acesso prévio a toda a documentação e regulação de eleições internas e de atos eleitorais;
- Tornar obrigatória a publicitação de todas as contas do partido de forma concreta, clara e transparente, bem como as remunerações dos respetivos dirigentes e pessoal.
- Publicitação no conselho nacional dos relatórios da comissão de fiscalização relativamente à actividade financeira do partido.
- Os conselhos nacionais não podem ser realizados a dias de semana, sob pena de esvaziamento de competências e atribuições, não fazendo sentido a existência desse parlamento dos militantes.
- Os conselhos nacionais devem ser realizados de forma descentralizada, deverá existir uma alternância por todos os distritos do país, trata-se de uma forma de mostrarmos ao eleitorado que a descentralização é de facto uma bandeira e um firme propósito do partido.
- Proibir a acumulação de funções políticas executivas aos titulares de cargos ou membros de órgãos políticos executivos locais, aos titulares de cargos ou membros de órgãos partidários executivos; aos deputados nacionais e regionais com o exercício de cargos executivos do poder local (nomeadamente nas câmaras municipais e nas juntas de freguesia)
- Instituir a limitação de mandatos, limitar a dois mandatos sucessivos, no mesmo cargo ou função, todos os eleitos internamente no partido.
- introdução do voto secreto nas eleições para órgãos e votações relativas a pessoas (substituindo o tradicional voto por braço no ar).
- o Senado tem que funcionar e deixar de ser um órgão decorativo
- implantação do institucionalismo e da organicidade normal e saudável, sem seguidismo ou sectarismo, queremos um partido aberto, participado, moderno.

**“Quero um partido de construtores,  
não de seguidores, quero um  
partido implantado e militante.”**

Ribeiro e Castro

## D) COMUNICAÇÃO

A comunicação organizacional é fundamental para o partido cumprir a sua missão e realizar os seus objetivos estratégicos.

Atentemos aos recentes casos de sucesso de partidos novos que, por via da bem-sucedida exploração dos novos meios de comunicação conseguiram resultados que surpreenderam os concorrentes mais incautos.

O processo de transformação digital apenas irá beneficiar aqueles que forem capazes de se inovar e adaptar. Aqueles que estiverem na dianteira desta transformação digital, que é complexa e desafiante, serão aqueles que vão liderar e capitalizar no seu sector de actividade.

Ora, é evidente que esta realidade acontecerá, necessariamente, também na política partidária.

O CDS, convenhamos, parte nesta matéria tarde e agora sem meios financeiros.

É hora do CDS explorar e aproveitar os seus maiores activos, os seus militantes.

De entre os nossos milhares de militantes, serão às dezenas os profissionais de excelência que temos nesta área, daí a importância do «database» e da segmentação, com humildade e face à ausência e carência de meios, temos que, obrigatoriamente, fazer despertar em todos nós a criatividade na demanda de soluções.

A comunicação, interna e externa, assume nos dias de hoje um papel de extrema importância.

A realidade diz-nos que há uma manifesta tendência de afastamento entre os cidadãos e a política, que aumenta de eleição para eleição, iremos infelizmente continuar a assistir ao crescimento da abstenção e à diminuição da militância activa nos partidos, com os níveis de confiança dos cidadãos nos partidos e nas instituições



muito baixos, pelo que parte de nós, partidos políticos, combater de forma activa e empenhada a falta de mobilização dos cidadãos para a actividade política, evitando dessa forma dar espaço ao surgimento de demagogias, populismos e mesmo de radicalismos ou extremismos.

Saber comunicar é assim fundamental, até porque as novas tecnologias, sobretudo as redes sociais são hoje a arena e o palco onde se desenvolvem os grandes fóruns de debate, o início de revoluções, de protestos, onde surgem petições online, debates, etc.

Os partidos políticos e sobretudo o CDS, atento o recente historial, tem que ter uma atenção redobrada à forma como explora e trabalha estes canais, não podemos comunicar sob impulsos, temos que comunicar de forma rápida e ágil, mas de forma estruturada, pensada, com coerência e sobretudo com absoluto rigor.

### **«REBRANDING»**

Realização de imediato de um «rebranding» no sentido de revitalizar a imagem do partido, sem perdermos naturalmente a nossa imagem identitária. É mais um mecanismo para o ressurgimento do CDS, é algo que pode ser realizado por algum militante, ou empresa de algum militante, seria interessante lançar um concurso interno e procurar a colaboração gratuita de algum militante nesta tarefa.

### **CRIAÇÃO DE UM MANUAL DE IDENTIDADE VISUAL**

É fundamental trabalhar a uniformização da imagem do Partido no terreno, não podemos ter estruturas a utilizar a marca “CDS-PP” e outras “CDS”, não podemos ter estruturas a utilizar materiais desatualizados.

- Lançamento de um novo «site» e de uma nova presença em todas as plataformas digitais.
- Criação de uma rede social interna, ao nível central (nacional)
- Lançamento de laboratórios de ideias (on-line, aberto, inovador, partilha de ideias e contactos entre militantes)
- Criação de uma plataforma digital onde os militantes possam ter acesso imediato aos seus dados, onde possam, caso pretendam, pagar as suas quotas, onde possam interpelar o seu presidente de concelhia ou da distrital, onde o (a) presidente do partido possa participar em fóruns de discussão online com os militantes.
- Contratação descentralizada de meios e serviços.

É absolutamente impensável, roçando mesmo a administração danosa, que num País com a nossa dimensão, os meios e serviços de comunicação (flyers, material de propaganda, etc.) não sejam contratados, realizados e fornecidos por empresas fora das grandes cidades, onde todos sabemos que os preços e valores pela prestação desses serviços são em muitos casos muito mais económicos.

**Estas são apenas algumas ideias que gostávamos de ver implantadas e implementadas no CDS, é forçoso e vital saber mudar o que deve ser mudado e melhorar o que é imperativo melhorarmos, “PELO FUTURO, POR PORTUGAL!”**

## 2- NOVAS BANDEIRAS

Outro dos pilares desta moção está voltado para o exterior, queremos participar neste momento do CDS fornecendo contributos válidos para o posicionamento do partido na sociedade portuguesa, “PELO FUTURO, POR PORTUGAL!”.

Não queremos fornecer ao Congresso um maçador tratado de política ou um programa de Governo, queremos com este documento dar somente algumas ideias e sugestões concretas relativamente ao papel do CDS em determinadas áreas e matérias que nos parecem de extrema relevância.

Parece-nos bastante claro que o CDS necessita, de forma premente, de abraçar novas causas e novas bandeiras que o diferencie e destaque das outras forças políticas.

Não podemos andar ao sabor do vento e dos acontecimentos na sociedade, somente com um papel reactivo perante a(s) conjuntura(s).

**O CDS tem que estar na vanguarda, quer no que compete à forma, quer no que respeita à substância, devemos ter uma papel mais pró-activo na antecipação de novas questões que se vão colocar no Mundo, na Europa e em Portugal, bem como teremos que trabalhar na antecipação de novas tendências no que concerne à forma de estar e fazer política.**

## **A) O COMBATE ÀS ASSIMETRIAS REGIONAIS**

Nesta matéria, surpreende-nos o grau de certeza de muitos agentes relativamente a qual a melhor solução e a melhor forma de combater este problema, que quanto a nós é, e será, a questão fulcral do nosso País para os próximos 50 anos, o combate às assimetrias regionais.

Portugal não é um Estado composto por parcelas distintas que se querem “federar”, nem sequer somos um Estado “regional” que tem de explicitar a diversidade para manter a unidade, Portugal é simplesmente o Estado unitário da Europa com mais antigas fronteiras estáveis, mas com profundas e cada vez mais enraizadas disparidades de desenvolvimento.

O País em 40 anos mudou, mudou a demografia, mudou a residência da maior parte da população, mudaram as cidades, mudaram os campos, desertificando-se o interior, esvaziou-se a agricultura, surgiu a novel expressão “território(s) de baixa densidade”.

Por um lado, em Portugal não vivemos pulsões centrífugas, subnacionalidades, fortes identidades regionais, orgulhos regionalistas, reflexos separatistas. (como em Espanha), no entanto por outra banda emerge o argumentário negativo, o caciquismo, o despesismo, o divisionismo, o clientelismo partidário.

É todo um debate que tem que ser realizado e sobretudo aprofundado.

A verdade é que o País, tal como o nosso partido, não pode continuar assimétrico como se encontra actualmente, profundamente centralizado em Lisboa e no Vale do Tejo. Sabemos que uma organização administrativa mais descentralizada potencia naturalmente ganhos de eficiência e eficácia com a aproximação das decisões aos

problemas, promovendo a coesão territorial e a melhoria da qualidade de vida nos serviços prestados às populações através de respostas adaptadas às especificidades locais, a racionalização dos recursos disponíveis e a responsabilização política mais imediata e eficaz.

A descentralização deve ser a trave mestra de uma reforma do Estado assente na eficiência, na desburocratização, na simplificação, na modernização, na transparência e proximidade dos cidadãos.

A lógica da descentralização impõe que se vão ajustando, em permanência, as competências descentralizadas à capacidade de recepção dos órgãos para os quais se descentraliza, nela incluindo, naturalmente, a capacidade financeira para desempenhar as funções em causa.

Diz o Adolfo Mesquita Nunes e bem *“Aquilo de que o interior precisa é de mais economia, não é de mais Estado”*.

A Regionalização, a surgir, teria que ser fundamentalmente um instrumento para a tomada de decisões mais ajustadas aos problemas e mais próximas das populações.

A verdade é que a implementação da regionalização foi derrotada, por via referendária em 1998, há 21 anos, com 60,8% dos votos, pelo que naturalmente que somente defendemos a implementação da regionalização através de um novo referendo.

O que nos choca é o grau de certeza, “a arrogância da certeza” como diria Ortega y Gasset, de muitos actores políticos relativamente a este tema.

Recorde-se quem em 1998 foi profundo e intensíssimo o debate na sociedade portuguesa sobre esta temática, debateu-se, discutiu-se muito, sem certezas, com muitas dúvidas.

A única certeza que hoje temos, a este nível, é que 21 anos depois desse referendo Portugal continua ainda mais desigual, mais assimétrico.

Este vai ser um tema fulcral na sociedade portuguesa nos próximos anos, o CDS e bem, entende que só pela via referendária a regionalização poderá ser instituída, ora para ser coerente, consistente, o CDS, as suas estruturas locais, devem desde já dar início a um profundo trabalho de debate nesta matéria, organizando, conferências, debates, seminários, debatendo por todo o país, com a sociedade civil, a questão do combate às assimetrias regionais, tomaríamos desse modo, no terreno e de forma capilarizada por todo o território, a dianteira na discussão profunda deste tema.

## **B) MAR | ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA(ZEE) | PLATAFORMA CONTINENTAL**

Portugal possui a maior Zona Económica Exclusiva (ZEE) no Atlântico Norte entre os Estados Membros da União Europeia.

Somos um país com uma costa continental extensa, com 942 quilómetros quadrados, que, conjuntamente com as ilhas, forma uma Zona Económica Exclusiva (ZEE) com 1,72 milhões de quilómetros quadrados. É, assim, a terceira maior da União Europeia (UE).

Como sabemos está hoje em análise na Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) das Nações Unidas, uma proposta (entregue em 2009, alterada em 2017) que poderá conduzir a um substancial alargamento da plataforma continental, definida no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do

Mar, para além das 200 milhas marítimas, atribuindo a Portugal direitos de soberania para prospecção e exploração dos seus recursos naturais (recursos minerais e a organismos vivos de espécies sedentárias do solo e subsolo marinhos – os recursos naturais existentes na coluna de água sobre a plataforma continental para além das 200 milhas marítimas continuam a estar incluídos no regime jurídico do Alto Mar, ou seja, a exploração está aberta a todos os Estados)

A ZEE é uma zona situada além do mar territorial cuja largura poderá ir até às 200 milhas marítimas. A ZEE compreende a coluna de água e o fundo do mar (solo e o subsolo das áreas submarinas). A Plataforma Continental compreende apenas a solo e subsolo (e não a coluna de água), em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental.

Se for concluído com sucesso o processo de reconhecimento do limite exterior da plataforma continental portuguesa, a ZEE portuguesa mais do que duplicará. É inevitável que o potencial impacto económico se faça sentir no médio e longo prazo.

Repare-se, os recursos minerais e biológicos que vierem a ser identificados na plataforma continental de Portugal poderão, no futuro, existindo a tecnologia adequada, ser economicamente viáveis para comercialização, levando sempre em conta a mitigação e monitorização dos impactos ambientais e a sustentabilidade do oceano, mas até neste âmbito Portugal tem desempenhado um papel de relevo com a implementação de medidas de proteção e conservação do mar português.

A verdade é que com o reconhecimento da extensão a plataforma continental passará a totalizar 3.877.408 quilómetros quadrados, ou seja, cerca de 40 vezes a área de Portugal Continental, uma área comparável ao território da Índia, maior que a o que a ZEE do gigante e enorme Brasil, que se fica pelos 3,66 milhões de quilómetros quadrados. Será a décima ZEE do mundo.



No futuro próximo 97% de Portugal será composto por mar!!

Sabendo que actualmente a Economia do Mar representa 2,4% da produção nacional e 2,3% do emprego, significando tal facto que mais de 100.000 pessoas produzem uma riqueza global superior a 8.000 milhões de euros todos os anos, que 70% da riqueza gerada no Mundo transita por mar, cremos que muitos portugueses não terão ainda consciência do conjunto de potencialidades económicas que virão pela frente.

O CDS tem naturalmente que assumir o leme na defesa do sector primário, o CDS tem que assumir o leme na defesa política deste manancial de recursos que advirão deste alargamento.

Temos que ser o Partido que estará na linha da frente na defesa de uma maior aposta no sector dos transportes marítimo e portos, no desenvolvimento das fontes marinhas de energia, na aposta no desenvolvimento de equipamentos para exploração subaquática de alta tecnologia, no desenvolvimento de produtos vivos do mar para a Biotecnologia, na reparação e construção navais, na prospecção e exploração da nossa plataforma continental, na aposta nas actividades marítimo-turísticas, náutica de recreio, turismo de cruzeiros...enfim...um sem fim de matérias onde o nosso partido tem que estar ao leme e na dianteira na defesa destas actividades bem como na implementação de políticas que as potenciem, “PELO FUTURO,POR PORTUGAL!”

## **C) O MUNDO RURAL**

Há uma bandeira histórica do CDS, a qual nunca poderemos abandonar, o mundo rural.

O CDS tem responsabilidade histórica e política na defesa do Mundo rural.

O CDS é um partido da terra, do mundo rural, da floresta.

Apoiar, defender e valorizar a nossa Agricultura são um desígnio e um imperativo do CDS.

Até há bem poucos anos éramos conhecidos como um partido fortemente ligado ao mundo rural, à lavoura, lamentavelmente e face à “Lisbonização do partido”, lembramo-nos do mundo rural somente nas campanhas eleitorais, louvemos no entanto o excelente trabalho desenvolvido na anterior legislatura pela nossa anterior deputada Patrícia Fonseca na defesa do mundo rural.

A defesa dos Agricultores e do mundo rural é uma bandeira que tem que ser diariamente desfraldada pelo CDS e por todos os nossos militantes. Os militantes têm que sentir que o CDS é o partido que está lado a lado com os agricultores na defesa dos seus interesses.

Quando falamos em mundo rural, não olvidemos que falamos em 80% do território nacional. Um território onde a principal actividade, nas áreas mais remotas, continua a ser a agricultura, que por sua vez alavanca um conjunto de outras actividades cruciais para economia nacional como o turismo, p.ex.

A agricultura nacional, incluindo o sector florestal, representa 5% do PIB nacional e contribuiu com 13% das exportações portuguesas.

Nos últimos tempos, algumas vezes que alimentam as tendências ditas mais modernas tentam minimizar a importância do sector agrícola, em particular da

actividade pecuária, refugiando-se no tema das alterações climáticas, esquecendo-se, porém, que a agricultura é o único sector que já contribuiu para a

descarbonização da sociedade, e nessa medida deve ser ressarcido desse contributo de que todos já usufruem.

O Agronegócio tem que ser uma aposta de Portugal, precisamos investir e apoiar mais a nossa agricultura, os nossos agricultores, por meio de políticas de estímulo a vários níveis, lançando soluções inovadoras capazes de otimizar o trabalho e elevar a produtividade, a rentabilidade e eficiência, sem esquecer a conservação e preservação do solo.

A agricultura é uma das atividades econômicas mais importantes de nosso Estado e País, pelo que o CDS tem que apostar ainda mais na defesa desta bandeira, PELO FUTURO, POR PORTUGAL!!

## **D) O SISTEMA ELEITORAL**

É facto que na sociedade existe actualmente um grande e enorme afastamento dos cidadãos relativamente aos partidos, sobretudo por parte das gerações mais novas, as taxas de participação eleitoral p.ex. dos jovens, as taxas de confiança nas instituições é baixíssima, as urnas estão lá, mas as pessoas vão lá cada vez menos, há um alheamento profundo relativamente não à política, mas à participação política.

Convenhamos, a Constituição Portuguesa é arcaica, obsoleta e não resolve problemas, tem quatro artigos e meio para evitar o comunismo, cinco artigos para evitar o capitalismo excessivo, mas a verdade é que o sistema político já não responde e corresponde às necessidades dos nossos dias.

Sejamos claros nas palavras, os partidos vivem hoje culturas de caciquismo, de oligarquias, de dependências profissionais e isto está a corroer aos bocados o sistema político, daí o emergir cada vez mais de movimentos de independentes, cujo maior e principal argumento é o facto precisamente de estarem imunes ou alheios às más práticas internas dos partidos.

Há uma premente necessidade de uma real e maior aproximação dos cidadãos à política e isso passa também, naturalmente, desde logo, por uma maior aproximação entre eleitos e eleitores.

O CDS tem que ser vanguardista e tem que estar na linha da frente, sem medos, temores ou receios, na discussão da reforma do sistema eleitoral, sob pena de ser ultrapassado no lançamento e discussão desta temática.

É isto e disto que os nossos eleitores estão à espera e disso não tenhamos margem para qualquer dúvida.

Temos um sistema proporcional, mas cada vez mais fechado, prevalecem os directórios dos partidos que pouca conexão têm com os cidadãos, com os eleitores, a democracia representativa tornou-se uma democracia de representação dos chefes e não de representação dos eleitores.

Não podemos votar contra a revisão do sistema eleitoral, como fizemos agora dia 20 de Dezembro, e estarmos passivos, dizendo somente que “temos muitas dúvidas” e que uma alteração iria “beneficiar o centrão”.

A verdade é que há mais de 20 anos que em Portugal temos vindo a resistir à introdução de círculos uninominais em articulação com os círculos plurinominais, como em Inglaterra, onde como os Ingleses costumam dizer “I have a say”.

Com isto não estamos a querer defender a introdução, de pronto, de círculos uninominais, estamos sim a alertar para o facto de esta ser uma discussão

fundamental no panorama político nacional e sobretudo no panorama de todos os partidos políticos, sem excepção.

É altura de no CDS existir um debate profundo sobre esta matéria e de o CDS ter como bandeira uma proposta concreta de alteração do sistema eleitoral, uma proposta pensada internamente, discutida internamente nos órgãos próprios, estudada, desenhada pelo próprio CDS, PELO FUTURO, POR PORTUGAL!

\*\*\*

*São inúmeros os exemplos de temas-bandeira que o CDS poderá abraçar, «brevitatis causa» falamos aqui somente em algumas.*

## CONCLUSÃO

Procuramos com esta moção apresentar, a montante, um conjunto de propostas e de medidas concretas para a optimização do funcionamento interno do nosso partido, as quais consideramos fundamentais para o ressurgimento do CDS e, a jusante, fornecer contributos para o posicionamento do partido na sociedade portuguesa, dando sinal que o CDS necessita, de forma premente, de abraçar novas causas e novas bandeiras que o diferenciem e destaquem das restantes forças políticas.

Depois deste Congresso o partido tem unicamente que se voltar para o futuro, “um futuro com memória” (Prof. Adriano Moreira), onde do passado retiremos tão somente lições, procurando não repetir os mesmos erros.

E o futuro passa desde logo por três momentos:

- (i) Oposição ao governo
- (ii) Eleições Presidenciais- Janeiro 2021
- (iii) Eleições dos órgãos das Autarquias Locais - Setembro/Octubre 2021

(i) O CDS não pode deixar de continuar a ser diariamente uma oposição frontal, firme, inequívoca e permanente a este Governo socialista, unindo-se e mobilizando-se para conseguir ser o partido liderante de todo o espaço à direita do PS.

(ii) No que respeita às próximas eleições presidenciais, o CDS deve assumir um papel e uma posição de responsabilidade, apoiando a candidatura que no espaço à direita do PS venha a apresentar-se em melhores condições de vencer. É fundamental a eleição de um Presidente da República onde o centro, o centro-direita e a direita democrática se possam rever, mormente num momento em que a Esquerda está a governar.

(iii) No que concerne às eleições autárquicas, o partido deve procurar trabalhar desde hoje, sem perda de tempo, para a apresentação do máximo de candidaturas a todos os órgãos autárquicos, em todo o território nacional. O CDS tem que estar preparado para concorrer em todo o lado. Devemos continuar a trabalhar para apresentar candidaturas com a qualidade que nos reconhecem e realmente representativas das realidades locais, para o efeito o CDS tem que estar aberto a integrar, a convidar independentes, figuras de referência social, nas listas próprias do CDS, em lugares de relevância.

O CDS deve concorrer sozinho com listas próprias, com a “marca” CDS em todas as autarquias onde pretende e tem condições para vencer sozinho, para manter ou aumentar o número de eleitos.

No que respeita a possíveis coligações, o CDS deve estar disponível para manter ou concretizar novas coligações em todas as autarquias onde essas coligações façam realmente sentido e sirvam o interesse das populações locais, desde que naturalmente as mesmas resultem da vontade dos militantes e estruturas concelhias e distritais do CDS, que no terreno estão, obviamente, mais avalizadas a fazer essa avaliação.

O CDS tem a obrigação de actualizar, modernizar, reciclar e reinventar a sua proposta política, procurando oferecer a Portugal e aos Portugueses um futuro melhor.

Este é um momento crucial do nosso Partido, não é momento de nos refugiarmos e de nos escondermos, é nestes dias difíceis, que todos nós que somos CDS temos a obrigação de intervir activamente pelo futuro do nosso Partido, de dar a cara pelo nosso partido, “PELO FUTURO, POR PORTUGAL”!!

**“Se recuamos morremos...se avançamos, combatemos” (Provérbio Índio)**



 **PELO FUTURO,  
POR PORTUGAL.**

 **CDS-PP**